



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , de 2017.

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de Seminário com o tema “Saúde como Direito Humano”, no âmbito desta Comissão.

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso III, do art. 24, combinado com o art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a realização de Seminário “Saúde como Direito Humano” a fim debater este tema, em conjunto com as Comissões de Legislação Participativa (CLP); Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); Direitos Humanos e Minorias (CDHM); Seguridade Social e Família (CSSF) e Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER). Serão convidados representantes do Ministério Público, de órgãos governamentais ligados ao tema, da sociedade civil e da academia.

JUSTIFICAÇÃO

A saúde caracteriza-se como um direito humano inscrito na Constituição Brasileira, que deve ser garantido mediante políticas sociais e econômicas para sua promoção, proteção e recuperação.

A saúde – individual e coletiva – é determinada pelos aspectos sociais, econômicos, educacionais, entre outros, aos quais as pessoas e coletividade estão sujeitas. Portanto, para melhorar a qualidade de vida e os indicadores de saúde, o Brasil precisa perseguir um modelo de desenvolvimento que possibilite a soberania nacional; a democratização do sistema político e dos meios de comunicação social; o crescimento econômico integrado ao desenvolvimento nacional; o emprego e o combate às desigualdades de renda; a manutenção dos direitos sociais conquistados, com financiamento que garanta a sustentabilidade das políticas de proteção social; maior poder de regulação do Estado sobre o capital privado e os direitos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

sociais; investimentos em habitação, saneamento e transporte público; a preservação do ambiente e o manejo sustentável dos recursos naturais; a produção de alimentos saudáveis, e o acesso universal a serviços públicos de qualidade de saúde, educação, previdência e assistência social.

Assim, considerando que é de extrema importância que esta Comissão, em conjunto com as demais citadas, aprofunde o debate sobre o referido tema, solicito o apoio dos nobres e das nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 28 de junho de 2017.

ERIKA KOKAY
Deputada Federal
PT – DF